



Inea licitacoes <licitacoesinea@gmail.com>

CS BRASIL - WF 025608 - ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS - INEA/RJ PE/006/2024

Gerência Administrativa e Logística <geradl.inea.rj@gmail.com>

8 de novembro de 2024 às 17:22

Para: Inea licitacoes <licitacoesinea@gmail.com>

Prezado(a), boa tarde

Diante de “novos” esclarecimentos interposto pela CS Brasil Frotas S.A., inscrita no CNPJ 27.595.780/0001-16, direcionados ao Pregão – INEA/RJ PE/006/2024, segue informações, de acordo até a expertise e competência de resposta:

2. Horas Extras

Questionamentos:

a. Está correto nosso entendimento de que as licitantes interessadas em participar do certame não estão obrigadas a implantar banco de horas, sendo aceito outra forma legal de remunerar seus empregados em caso de labor extra?

R: A licitante interessada deverá seguir o estipulado nas leis trabalhistas vigentes, seja ela por renumeração ou banco de horas, bem como em consonância com o Sindicato filiado, advindo de acordo e/ou convenção.

b. Caso negativo, está correto nosso entendimento de que licitante, após vencido o certame e assinado o contrato, deterá de prazo razoável para registro e implantação de banco de horas?

R: Vide resposta da pergunta A.

c. Outrossim, se permitido a não obrigação de implantação de banco de horas, entendemos que se os condutores trabalharem em labor extraordinário, por solicitação da contratante, serão remunerados de acordo com legislação (inclusive as normas previstas em acordo e/ou convenções coletivas), e a contratada deverá ser ressarcida integralmente pelo adicional legal pela hora trabalhada. Está correto nosso entendimento?

R: Vide resposta da pergunta A. O adicional deverá estar previsto em contrato e valor praticado mensal, não devendo ser extrapolado para que haja a regular manutenção do saldo contratual.

3. Qualificação Técnica

Questionamentos:

a. Está correto nosso entendimento de que a cópia de carteira de trabalho profissional ou contrato de trabalho profissional, deverão ser apresentados pela contratada no ato da mobilização dos veículos?

R: Os documentos comprobatórios do vínculo deverão ser apresentados no ato da disponibilização dos veículos, uma vez que, os veículos irão possuir motoristas vinculados, assim, visando a integridade do contrato e a segurança jurídica para prestar o serviço, tal documentação será devidamente apresentada.

b. Caso negativo, poderão ser apresentados em até 2 dias antes da mobilização dos veículos?

R: Vide resposta da pergunta A.

7. PARENTESCO

Questionamentos:

Com efeito, visando garantir a ampliação da disputa com maior número de licitantes e assim obter o melhor preço ao CRF/SP, questiona-se:

- a. É correto entender que referida regra aplica-se tão somente aos empregados da contratada diretamente responsáveis pela gestão do contrato?

R: Diante do exposto, tal questionamento está descrito em Lei, onde não poderá contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE OU DE AGENTE PÚBLICO QUE ATUE NA FISCALIZAÇÃO OU NA GESTÃO DO CONTRATO.

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Questionamentos:

Desta forma, questiona-se:

- a. Entendemos que a contratação será formalizada somente por contrato, seguindo a minuta padrão do edital. Está correto nosso entendimento?

R: A contratação será balizada por contrato, conforme estipulado em Lei (14.133/21) e Minuta Padrão da PGE.

9. SUBCONTRATAÇÃO

Questionamentos:

Contudo, é certo que inúmeros serviços acessórios relacionados ao objeto principal são usualmente subcontratados, sem qualquer prejuízo à execução do contrato, tais como, serviços de manutenção preventiva/corretiva dos veículos, limpeza, entre outros.

Desta forma, entendemos que está vedada apenas a subcontratação do objeto principal licitado referente à locação dos veículos e fornecimento de motoristas. Está correto nosso entendimento?

R: Sim, correto o entendimento.

10. BOLETO

Questionamentos:

Em complemento às faturas, a contratada poderá emitir boleto bancário para efetivação dos pagamentos pela contratante?

R: Não, conforme dito em outro esclarecimento, o pagamento será realizado mediante transação bancária, por intermédio de contas do Banco Bradesco, conforme determinado pelo Decreto 43.181/2011.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Questionamentos:

Diante de tais circunstâncias, visando sanar a divergência e omissão apontada, questionamos:

- a. O início da contagem da VIGÊNCIA contratual pode ser alterado para constar que será a partir da “data de entrega dos primeiros veículos”?
- b. Caso negativo, qual será o marco inicial para contagem do prazo de vigência?
- c. Caso seja da assinatura do contrato, está correto nosso entendimento de que a vigência iniciará a partir da última assinatura das partes no contrato?

R (para todos os itens): A partir do exposto pela empresa, o qual demonstra interesse na participação do Pregão Eletrônico, o prazo de vigência está destacado no Termo de Referência que tem como prerrogativa a devida assinatura do documento de oficialização dos serviços, bem como a publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Tal rotina também leva em consideração a emissão da Nota de Empenho (antes da formalização do contrato) em nome da vencedora do Pregão e a publicação no PNCP, visando a transparência e o rito imposto pela legislação vigente,

além de viabilizar garantias materiais para a execução das condições pactuadas, tendo assim, por conseguinte, o prazo estipulado no Termo de Referência quanto à disponibilização dos veículos (30 dias + 30 dias, totalizando 60 dias).

15. Das Infrações Administrativas

Questionamentos:

(...)

“Assim, considerando a lacuna contida no item 9.1 do edital (“9. DAS INFRAÇÕES

ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES”), solicitamos seja informado que o percentual a ser aplicado na hipótese indicada”.

R: Diante da informação solicitada trago a luz para conhecimento do Art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata das infrações administrativas previstas, em especial o § 3º que trata da faixa de percentual a ser aplicado.

18. PROPRIEDADE

Questionamentos:

a. Os veículos definitivos objeto do futuro contrato poderão ser de propriedade de empresa que integre o mesmo grupo econômico?

b. Os veículos para substituição temporária poderão ser de propriedade de empresa que integre o mesmo grupo econômico?

R (para todos os itens): Conforme descrito do Termo de Referência, especificamente no item 3.5, onde exponho:

Os serviços constantes neste termo de referência com as devidas especificações não poderão ser subcontratados, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

19. RENOVAÇÃO DA FROTA

Questionamentos:

Solicitamos seja esclarecido qual será a média mensal de uso dos veículos.

R: Tal esclarecimento se torna complicado de aferir, haja vista que irá depender das demandas dos setores, assim, podemos informar uma faixa de 2.000km à 3.000km por mês por veículo.

20. FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Questionamentos:

a. Está correto nosso entendimento de que os veículos serão solicitados de uma única vez e serão locados pelo período mínimo de 12 meses?

R: Conforme item 2.2.1 do Termo de Referência, os carros serão entregues conforme acordo com a administração no prazo estipulado, onde exponho:

O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);

21. PRAZO DE ENTREGA

Questionamentos:

a. Qual será o marco inicial para contagem do prazo de entrega dos veículos?

R: Da assinatura do contrato e da devida publicação no DOERJ, bem como a inclusão do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.

b. Caso seja da nota de empenho, está correto nosso entendimento de que o documento será enviado à contratada após a assinatura do contrato?

R: A Lei nº 4.320/64 estabelece de forma clara que o empenho deve ser realizado obrigatoriamente antes da formalização do contrato administrativo. No instrumento contratual, deve constar a numeração correspondente ao empenho, uma vez que isso assegura ao contratado a garantia de pagamento futuro e é um dos requisitos a serem considerados pelo gestor na liquidação da despesa. Apenas nas situações expressamente previstas em lei é que se admite a dispensa da emissão da nota de empenho (arts. 60 e 61).

c. Está correto nosso entendimento de que a previsão de entrega parcelada deve ser desconsiderada?

R: Conforme item 2.2.1 do Termo de Referência, os carros serão entregues conforme acordo com a administração no prazo estipulado, onde exponho:

O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);

d. Caso negativo, quais são as datas estimadas pela Administração para recebimento dos veículos?

R: O Termo de Referência estipula que a disponibilização dos veículos será de no máximo quatro parcelas, assim, não tendo uma data prévia para a formalização do contrato, não temos como precisar as datas.

e. O fornecimento de veículos provisórios é obrigatório ou facultativo para contratada?

R: Quanto ao fornecimento dos veículos provisórios, a informação para a balizar o entendimento está descrito no item 4.4 ENTREGA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO do Termo de Referência, onde destaco o parágrafo (a leitura do TR e do item na íntegra não está descartado):

Os veículos provisórios citados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Contratante por até 60 (sessenta) dias do estipulado para a entrega definitiva, ou seja, os veículos novos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, a partir da devida formalização e aceitação, tendo em vista se tratar de uma prorrogação de prazo. Ressaltando que dentro do período de utilização o veículo provisório não poderá ultrapassar os 30.000 (quilômetros) quilômetros, haja vista a tabela de formação de pagamento com desconto, considerar um limite de quilômetros rodados pelo veículo.

Assim, diante ao entendimento claro e transparente os veículos serão de uso facultativo, de acordo com alinhamento ao vencedor do certame, quando o mesmo não vier ter possibilidade da pronta entrega dos veículos novos, respeitando os prazos e especificações impostas.

f. Os veículos provisórios poderão ser entregues em até 60 dias?

R: A entrega dos veículos provisórios serão de imediata, assim, conforme descrito no item 4.4 ENTREGA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO do Termo de Referência, assim os veículos provisórios poderão ser utilizados até a entrega dos definitivos (novos) durante o prazo estipulado.

g. Os veículos provisórios (i) podem ser utilizados até a entrega dos veículos definitivos? (iii) podem estar na posse direta da contratada e ser propriedade de empresa integrante de seu mesmo grupo

econômico?

R: Item (i), conforme descrito no item 4.4 ENTREGA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO do Termo de Referência, assim os veículos provisórios poderão ser utilizados até a entrega dos definitivos (novos) durante o prazo estipulado; Item (iii), Conforme descrito do Termo de Referência, especificamente no item 3.5, onde exponho:

Os serviços constantes neste termo de referência com as devidas especificações não poderão ser subcontratados, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

h. Para fornecimento de veículos novos definitivos, o prazo de entrega pode ser de 90 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e justificado?

R: Conforme item 2.2.1 do Termo de Referência, os carros serão entregues conforme acordo com a administração no prazo estipulado, onde exponho:

O prazo para entrega dos veículos será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, chegando ao total de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de vigência do Contrato, o qual se dará pela devida assinatura e publicação no DOERJ. Podendo a entrega ser de uma única vez ou parcelada em datas a serem disponibilizadas pela administração ao longo do prazo estipulado neste parágrafo (número máximo de quatro parcelas);

26. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

Questionamentos:

Diante disso, considerando que as licitantes interessadas em participar no certame devem conhecer previamente todas as regras, bem como o “corte” das informações impede a leitura completa das informações, solicitamos a disponibilização dos arquivos com as informações na íntegra.

R: Após análise do processo administrativo SEI-070002/017603/2024, foi constatado que os documentos SEI-84076886 (Estudo Técnico Preliminar) e o documento SEI-84075914 (Termo de Referência) estão corretos. Onde exponho:

Tipo: Pick-up	Tipo: Sedan	Tipo: Van
Cabine Dupla		Potência de 100cv a 250cv;
Potência de 100cv a 250cv;	Potência de 75cv a 150cv;	Motor 2.0 ou superior;
Motor 2.0 ou superior;	Motor 1.0 ou superior;	Cilindrada acima de 1.900 cm³;
Cilindrada acima de 1.900 cm³;	Cilindrada acima de 900 cm³;	Dimensões máximas: Comprimento 6.500 mm, Largura 2.300 mm, Altura 2.700 mm;
Dimensões máximas: Comprimento 5.500 mm, Largura 1.900 mm, Altura 1.900 mm;	Dimensões máximas: Comprimento 5.000 mm, Largura 1.800 mm, Altura 1.500 mm;	Capacidade de carga mínima de 1.200 quilogramas;
Altura mínima do Solo de 235mm;	Capacidade de carga mínima de 300 quilogramas;	Capacidade mínima de 15 lugares;
Capacidade de carga de 1.000 quilogramas a 1,5 toneladas;	Tração Dianteira;	Tração Dianteira ou traseira;
Tração 4x4;	Gasolina/Álcool.	Diesel;
Diesel;		Indicação sonora de ré.
Lona impermeável para cobertura de caçamba;		
Capota de fibra, sendo necessário em quatro veículos*.		
Imagem Ilustrativa:	Imagem Ilustrativa:	Imagem Ilustrativa:



Itens Comuns aos Tipos de Veículos

- Direção hidráulica ou eletroassistida (elétrica);
- Ar condicionado;
- Airbag;
- ABS;
- Alarme com acionamento à distância;
- Cor branca, outras cores deverão ser justificadas pelo setor demandante desde que sejam carros para diligências/fiscalização tendo a necessidade de estar descaracterizados;
- Quatro portas para as pick-ups e automóveis de passeio;
- Vidro elétrico nas portas dianteiras;
- Trava elétrica com sistema de travamento de portas central e sensível à velocidade.;
- Apoio de cabeça (desde que configure de fábrica);
- Rádio AM/FM/CD Player/USB;
- Protetor de cárter;
- Extintor de incêndio com carga de pó ABC;
- Acessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontos, estepe, chave de roda, macaco e triângulo (itens de segurança).
- Cintos de segurança traseiros no assento do motorista; traseiros no assento do passageiro; traseiros no assento central; assento motorista e passageiro com pré-tensionador e ajuste na altura, desde que configure de fábrica; e na terceira fileira de banco de motorista e passageiro;
- Sistema eletrônico de estabilidade (desde que configure de fábrica)
- Sensor de estacionamento traseiro e câmera (desde que configure de fábrica);
- Insulfilme, conforme Resolução do CONTRAN nº. 960/2022;
- Adesivação conforme RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 27 DE 02 DE OUTUBRO DE 2020.

Atenciosamente,
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Renan de Mattos R. Lopes
Gerente de Administração e Logística
ID Funcional nº: 4466711-6

